

SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

- Março de 1976 -

PREVISÕES E ESTIMATIVAS DE SAFRAS AGRÍCOLAS

O terceiro levantamento de previsões e estimativas de safras do ano agrícola 1975/76 registra dados que confirmam a expansão da área de cultivo no Estado, assim como previsões de melhores produtividades e, conseqüentemente, maior produção. Considerando apenas 12 das principais culturas anuais, verifica-se que a ampliação na área de cultivo em nosso Estado é por volta de 12%, quando se compara com as áreas de 1974/75.

Os firmes e importantes avanços nas áreas de cultivo de arroz, milho, feijão da seca, amendoim e cana-de-açúcar preponderaram sobre os recuos nos plantios de algodão, batata das águas, mandioca, mamona e tomate.

Com relação à produção, é importante registrar que as estimativas ora levantadas se apresentam com a expectativa de maiores produções visto que os rendimentos físicos esperados superam de longe os observados na safra anterior.

Assim, para aqueles produtos que tiveram aumentos na área plantada, o crescimento percentual na produção deverá ser mais que proporcional enquanto para as culturas que tiveram redução no plantio esperam-se menores reduções percentuais na produção. Mais especificamente, está-se aguardando os seguintes ganhos de produção: arroz (89,4%), milho (42,3%), amendoim (37,8%), feijão (29,0%), cana-de-açúcar para indústria (16,0%), batata da seca (14,7%), soja (12,4%), cebola (6,1%) e tomate envarado (5,4%). Por outro lado, as retrações esperadas nas produções são: algodão (-28,6%), mamona (-21,6%), batata das águas (-20,0%), cana-de-açúcar para forragem (-8,0%) e mandioca (-4,2%).

As estimativas para as culturas perenes revelam que para o café, face a erradicação e abandono das culturas mais fortemente atingidas pelas geadas de julho de 1975 deverá haver uma variação negativa de 9,8% na área de café no Estado. Por sua vez, a produção do ano agrícola 1975/76 deverá ser da ordem de 2,5 milhões de sacas de café beneficiado, o que representa uma retração de 64,3% em comparação aquela produzida em 1974/75. Quanto a laranja, verificam-se no momento novos plantios e a área deverá aumentar em 11,3%, enquanto a produção avançará 18,1%, sendo que aquela prevista para a zona de produção para fins comerciais

(DIRAs de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto), deverão atingir 93,8 milhões de caixas. Finalmente, para a banana estima-se uma produção de 570 mil toneladas, observando-se um aumento de 7,5%.

PREÇOS

Em março, o índice geral de preços médios recebidos pelos agricultores elevou-se de 3,64%, resultado dos acréscimos de 2,64% no índice de preços de produtos vegetais e de 5,75% no de produtos animais (figura 1). Excluindo-se o café, ter-se-ia evoluções de 3,90% no índice geral e de 2,19% no índice de produtos vegetais.

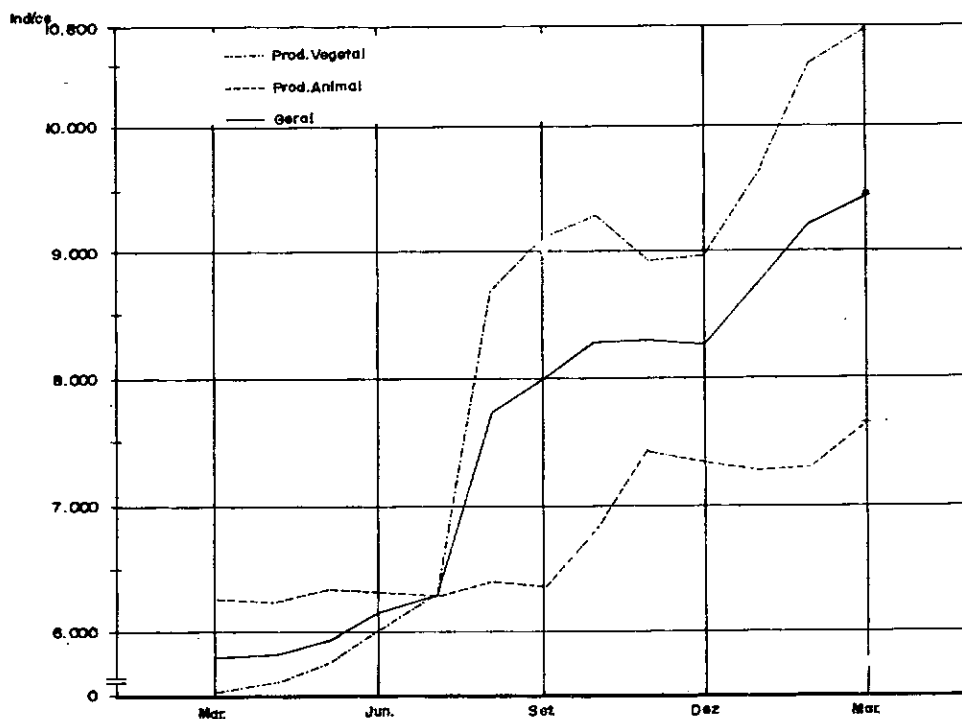


FIGURA 1.- Evolução dos Preços Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo, Março de 1975 a Março de 1976.
Base: 1961-62=100.

Os produtos cujos índices de preços recebidos apresentaram acréscimos em relação a fevereiro foram: cebola (46,36%), batata (40,21%), ovos (31,74%), feijão (24,84%), laranja (16,95%), mamona (14,30%), mandioca (11,67%), suínos (9,30%), aves (7,84%), bovinos (4,18%), café (3,12%) e tomate (2,60%). Reduções foram veri

ficadas em: banana (-23,66%), arroz em casca (-15,25%), chã (-11,81%), milho (-6,95%) e soja (-2,43%).

Em 1975, a relação de preços recebidos março/fevereiro apresentou-se negativa para todos os grupos de produtos: geral (-3,55%), vegetal (-6,14%) e animal (-0,02%); subtraindo-se o café as variações eram de -8,23% para o índice de produtos vegetais e de -3,95% para o índice geral.

Os índices de março de 1976, quando comparados com os de dezembro de 1975, mostram que a variação nos índices se comportam da seguinte maneira: produtos vegetais (20,18%), produtos animais (5,13%), geral (14,78%), produtos vegetais sem café (5,69%) e geral sem café (5,42%).

Comparando-se os índices de março do corrente ano com os de março de 1975 tem-se as seguintes variações positivas: 63,83% para o geral, resultante dos acréscimos de 96,02% dos produtos vegetais e de 22,79% dos produtos animais. Excluindo-se o café, tem-se 54,43% para o vegetal e 37,24% para o geral.

A figura 2 ilustra o comportamento dos índices de preços pagos pela agricultura paulista, que cresceu 4,98% em março resultante da elevação de 6,84% no ín-

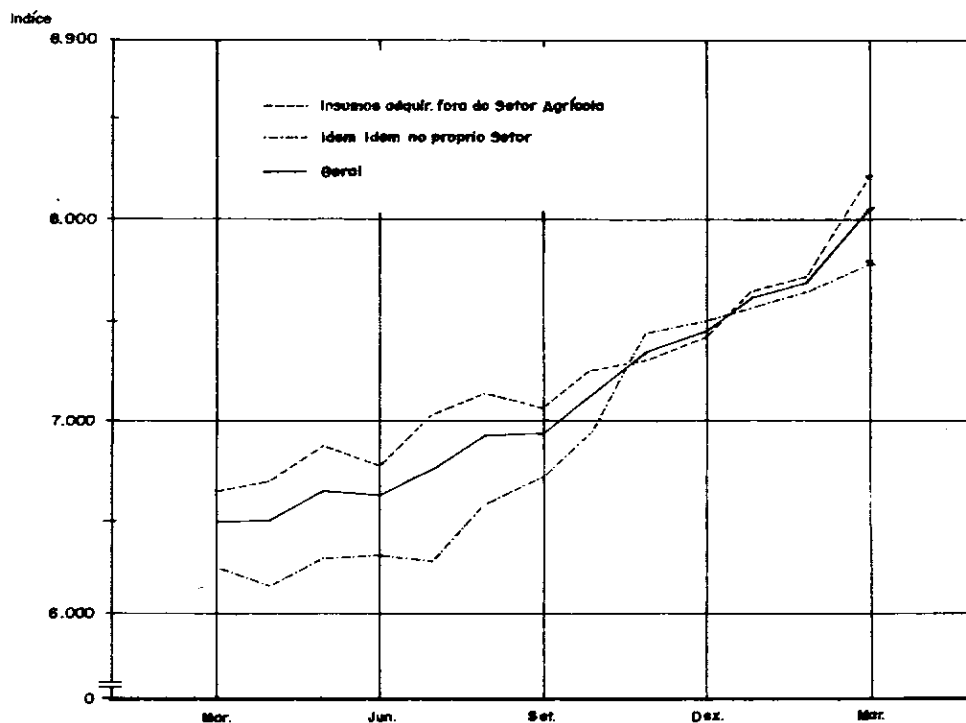


FIGURA 2.- Evolução dos Preços Pagos pela Agricultura Paulista, Março de 1975 a Março de 1976.
Base: 1961-62=100.

Índice de insumos adquiridos fora do setor agrícola e de 1,82% no Índice de insumos adquiridos no próprio setor. No ano passado, a mesma relação março/fevereiro comportou-se de modo contrastante a atual, com decréscimos de -0,18% no Índice geral, de -2,79% no Índice de insumos adquiridos no próprio setor e com acréscimo de 1,35% no Índice de insumos adquiridos fora do setor agrícola.

A relação março de 1976/março de 1975 registra um acréscimo de 24,32% no Índice geral, oriundo dos acréscimos de 24,56% no Índice de insumos adquiridos fora do setor agrícola e de 23,88% no Índice de insumos adquiridos no próprio setor agrícola.

Considerando-se os acréscimos de 3,64% no Índice geral de preços recebidos pelos agricultores e de 4,98% no Índice geral de preços pagos, tem-se um decréscimo no Índice de paridade (-1,28%), que atinge assim o nível de 118,20 (figura 3), invertendo a ascensão observada nos dois primeiros meses do ano. Também o Índice de paridade entre preços recebidos/preços pagos por insumos adquiridos fora

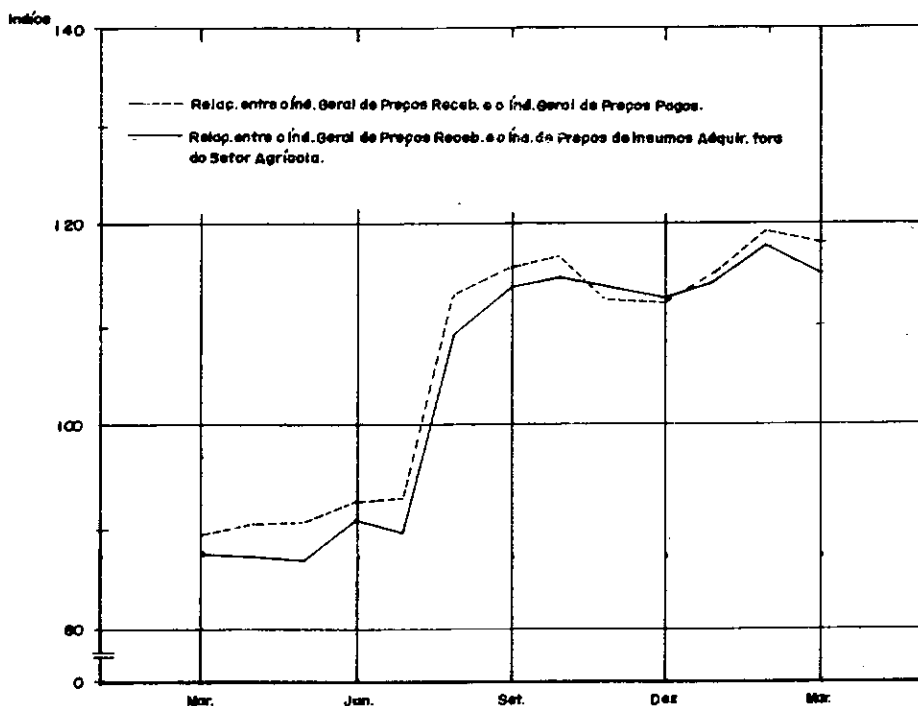


FIGURA 3.- Evolução do Índice de Paridade no Estado de São Paulo, Março de 1975 a Março de 1976.
Base: 1961-62=100.

do setor agrícola apresentou-se decrescido (-2,99%) neste mês de março, alcançando o valor de 115,77, invertendo também a tendência dos dois primeiros meses de 1976.

CRÉDITO RURAL

Em janeiro de 1976 a distribuição percentual do crédito rural (quadro à página 35), mostrou como nos meses anteriores, o predomínio do valor comprometido com o custeio agrícola, ressaltando que o montante distribuído para o custeio da produção, foi da ordem de 47%, dos quais 42% para agricultura e o restante para a pecuária. Há que se notar que até agora a amostra das instituições bancárias era formada em sua maioria por bancos oficiais. A partir de janeiro de 1976 nota-se modificação na distribuição dos recursos, devido a substancial participação nos recursos, por parte de bancos privados.

O crédito rural comprometido nos investimentos sofreu um pequeno decréscimo, em relação ao mês de dezembro de 1975, mas ainda representa 32% dos recursos distribuídos no mês, cabendo a maior parcela dos investimentos à agricultura, com 20% e o restante 12% à pecuária. Dentro da comercialização verificou-se uma relativa majoração na quantidade dos recursos destinados, principalmente, na atividade pecuária, que respondeu por 17% dos 21% comprometidos no mês. Pode-se ressaltar que este fato se deveu em parte a grande demanda de financiamento para bovinos de corte durante o mês de janeiro.

Com relação aos recursos alocados às DIRAs, Ribeirão Preto situa-se com a maior percentagem comprometida no mês, mais de 32%, a seguir vem Campinas com 12%, Marília com 10% e Bauru com quase 9%. Para as diferentes finalidades, a DIRA de Ribeirão Preto situou-se em primeiro lugar no custeio agrícola, com mais de 18% dos recursos totais, em seguida Campinas com pouco mais de 6%, Marília com 4% e Bauru acima de 3% dos recursos comprometidos no mês. Já no custeio pecuário, a DIRA de Campinas responde com quase 1% dos recursos totais. Dentro dos investimentos na agricultura, a DIRA de Ribeirão Preto teve um percentual superior a 5%, vindo a seguir Marília com pouco mais de 3%. Estas duas regiões carregaram quase 45% dos recursos destinados a capitalização na agricultura em janeiro último. Ainda no concernente a investimento agrícola a DIRA do Vale do Paraíba continua com pequena motivação em relação as demais.

Nos investimentos aplicados à pecuária, a DIRA de Ribeirão Preto respondeu com mais de 2% dos recursos totais destinados a esta finalidade, ficando Sorocaba com quase 2% do total, vindo São José do Rio Preto, Campinas, Bauru respectivamente com 1,52%, 1,17% e 1,15%. Entretanto, quando se examina os investimentos

na pecuária por DIRA, verifica-se que para esta finalidade o Vale é mais significativo que Ribeirão; de fato enquanto 0,41% representa 29% de 1,40% (total do Vale); os 2,06% de Ribeirão significam pouco mais de 6%. Para comercialização agrícola a DIRA de Ribeirão Preto respondeu com 2,08%, o que significa 50% do total alocado no Estado para essa finalidade, depois Campinas com 0,88%, Bauru e Marília com 0,43% cada. Finalmente para comercialização da pecuária a DIRA de Araçatuba com 4,15%, totalizando ambas 55% do montante dos recursos destinados a esta finalidade.

O quadro a pagina 36 apresenta número e valor dos contratos de financiamentos firmados pelos agricultores paulistas e suas cooperativas, com o Sistema Nacional de Crédito Rural no primeiro e segundo trimestres de 1975, respectivamente comprados aos de 1974, com base em informações preliminares do Banco Central do Brasil. Por aqueles dados pode-se verificar que no primeiro trimestre de 1975 foram formalizados 69.728 contratos de crédito rural neste Estado, no valor de 3,17 bilhões de cruzeiros, dos quais 40.375, no valor de 2,06 bilhões referentes à atividade agrícola e 29.353 contratos, no valor de 1,11 bilhão de cruzeiros, referente à pecuária. No segundo trimestre firmaram-se 90.327 contratos, perfazendo um total de 4,71 bilhões de cruzeiros, sendo 43.603 no valor de 2,86 bilhões de cruzeiros, referentes a atividade agrícola e 46.724 contratos, no valor de 1,85 bilhão de cruzeiros, para a pecuária.

No primeiro trimestre de 1975, contrataram-se 40.375 financiamentos na atividade agrícola, número este menor que os 46.331 no mesmo período de 1974, o que representa uma redução de cerca de 13%, enquanto os recursos comprometidos se elevaram de 42%, passando o valor médio do contrato de 31,3 mil cruzeiros de 1974 para 51,0 mil cruzeiros em 1975, mostrando elevação de 63%, bastante superior, portanto, a taxa de inflação.

No caso dos empréstimos à pecuária, observou-se também uma redução no número de contratos efetivados, que passou de 30.614 no primeiro trimestre de 1974 para 29.353 em igual período de 1975, representando um decréscimo de pouco mais de 4%. Também aqui, no entanto, os valores contratados mostraram elevação de 74%, passando o valor médio do contrato de 21,0 mil cruzeiros em 1974 para 38,1 mil cruzeiros em 1975, apresentando um incremento de 82%, superior ao verificado para os financiamentos agrícolas.

Diante disto, no agregado observa-se uma redução de 9,4% no número de contratos de financiamento rural firmados no primeiro trimestre de 1975 em relação a 1974, e um aumento de 52% no valor dos recursos comprometidos no período, o que eleva a 68% o valor médio do contrato, que passou de Cr\$ 27.160,00 de janeiro a março de 1974 para Cr\$ 45.530,00 em igual período de 1975.

No segundo trimestre de 1975 observou-se modificação neste comportamento,

já que o número total de contratos firmados, apresentou evolução positiva em relação a igual período de 1974. De fato, enquanto em 1974 foram contratados 77.981 financiamentos rurais, comprometendo recursos da ordem de 2,6 bilhões de cruzeiros, em 1975 contrataram-se 90.327 financiamentos, no valor global de 4,7 bilhões de cruzeiros, o que implica em expansão de 16% no número de contratos e de 78% no valor dos recursos comprometidos no período, taxa esta bastante superior a observada em relação ao trimestre anterior. Estes dados resultam em um valor médio do contrato de 34 mil cruzeiros entre abril e junho de 1974, contra 52,2 mil cruzeiros em igual período de 1975, o que representa um incremento de 54%, taxa esta inferior à do primeiro trimestre. O crescimento no total de contratos observado no segundo trimestre de 1975 em relação a idêntico período de 1974, deveu-se ao maior número de financiamentos destinados a pecuária contratados, que cresceu de 46%, já que os financiamentos à atividade agrícola continuaram apresentando declínio, passando de 46.048 em 1974 para 43.603 no ano seguinte, o que representa um decréscimo de 5%. Isto concorreu para que o aumento verificado no valor comprometido com financiamentos pecuários atingisse a taxa de 108%, elevando o valor médio de contrato em 42%, bastante inferior ao observado no trimestre anterior. Por sua vez a média dos financiamentos agrícolas contratados passaram de Cr\$ 38.210,00 para Cr\$ 65.570,00 respectivamente, representando um aumento de 72%.

Estes dados estão a evidenciar que, apesar do extremo esforço governamental no sentido de ampliar o volume de recursos financeiros dirigidos à agricultura brasileira, no caso do Estado de São Paulo, que deverá ter crescido em torno de 70% no período janeiro/dezembro de 1975, os resultados alcançados, em termos de número de mutuários, não são positivos. De fato, nos primeiros seis meses de 1976 foram efetivados 83.978 contratos de financiamento destinados a agricultura paulista, enquanto em idêntico período do ano anterior foram contratados 92.379 empréstimos. Como o volume de recursos alocados no período passou de 3,2 bilhões de cruzeiros para 4,9 bilhões de cruzeiros, verifica-se um acréscimo de 53% no volume de recursos aplicados contra um decréscimo de 9% no número de contratos efetivados.

Finalmente deve ser mencionado que segundo a Delegacia Regional de S. Paulo do Banco Central do Brasil, o saldo dos refinanciamentos por ele concedidos dentro dos programas de crédito rural, elevou-se a 3,35 bilhões de cruzeiros em fevereiro de 1976, o que representa um aumento de 4,6% sobre o mês anterior, significando um notável incremento, resultante da intensificação das aplicações dos bancos comerciais no financiamento à agropecuária.

O quadro 1 apresenta uma estimativa mensal do valor dos contratos de financiamento formalizado no Estado de São Paulo, calculada com base na amostra de instituições bancárias do Instituto de Economia Agrícola, expandida a partir da

QUADRO 1. - Estimativa do Valor dos Contratos de Financiamento Formalizados, no Estado de São Paulo, no Período janeiro/dezembro de 1974 e 1975 (milhões de cruzeiros)

| Mês | 1974 | 1975 | Variação % 75/74 |
|--------------|---------------|---------------|---------------------|
| Jan. | 545 | 1.035 | 90 |
| Fev. | 450 | 710 | 58 |
| Mar. | 535 | 1.090 | 104 |
| Abr. | 650 | 1.810 | 178 |
| Mai. | 840 | 1.710 | 104 |
| Jun. | 545 | 1.485 | 172 |
| Jul. | 790 | 1.455 | 84 |
| Ago. | 920 | 1.395 | 52 |
| Set. | 1.440 | 2.580 | 79 |
| Out. | 2.290 | 3.370 | 47 |
| Nov. | 1.920 | 2.880 | 50 |
| Dez. | 1.685 | 2.380 | 41 |
| Total | 12.610 | 21.900 | 73 |

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

participação percentual do valor dos créditos concedidos pelas instituições financeiras nela representadas em relação ao valor total dos financiamentos concedidos em anos anteriores. Por estes dados, verifica-se que para a estimativa do valor total dos financiamentos concedidos em 1974, chegou-se a um resultado de 12,61 bilhões de cruzeiros, o que difere de 4,35% do valor real registrado pelo Banco Central do Brasil, para o mesmo ano, em São Paulo. Para 1975, estima-se em 21,9 bilhões de cruzeiros o valor total dos créditos contratados no período.

CESTA DE MERCADO

Em março, a cesta de mercado - representando os gastos com alimentação da família paulistana média - atingiu a Cr\$ 1.130,17, um aumento de 3,0% em relação a fevereiro. Desde dezembro de 1975, tem-se uma elevação de 12,8%; os últimos 12 meses atingiram 42,8%.

O resultado de março é o mais baixo do ano, já que janeiro e fevereiro apresentaram aumentos de 3,4% e 5,8%, respectivamente. Confirma-se, assim, a previsão de uma redução no ritmo de crescimento do custo de alimentação. Não obstante, o aumento para os últimos 12 meses vem se pronunciando: 35,6% até janeiro, 42,3% até fevereiro e 42,8% até março.

Em março, inverteu-se também a situação prevalescente nos dois meses anteriores, em que os preços dos produtos de origem vegetal cresciam a taxas mais elevadas que os de origem animal. Ainda assim, observa-se uma grande discrepância entre os dois grupos, já que desde dezembro os produtos vegetais subiram 16,0% e os animais 7,2%. Nos últimos 12 meses, estes aumentos foram de 53,1% e 26,9%, respectivamente.

A nível dos principais produtos, os maiores aumentos foram os de batata (31,3%), ovos (28,2%), feijão (22,6%), cebola (21,6%) e tomate (19,5%). Verificaram-se decréscimos para laranja e mandioca (-10,6%), alface (-10,0%) e macarrão (-5,8%), entre outros.

Os quinze produtos básicos custaram, em março Cr\$ 784,82, aumentando 4,8% sobre fevereiro e 16,1% para o ano.